

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.131 - RN (2017/0002310-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : **WILSON RODRIGUES DE SOUZA**  
**ADVOGADOS** : **THIAGO MARQUES CALAZANS DUARTE - RN008204**  
                  **THAISA CRISTINA CANTONI - RN000694A**  
                  **AGUINALDO FERNANDES DANTAS FILHO - RN007409**  
**RECORRIDO** : **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A**  
**ADVOGADOS** : **ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR - RN005432**  
                  **CHALANA CUNHA MOTA E OUTRO(S) - RN010852**  
                  **DHÉBORA CRISTHINA SILVA DOS ANJOS - PE037997**  
                  **ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS - RN022718**

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO INFIRMA AS RAZÕES DO ACÓRDÃO ATACADO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE ENUNCIADO SUMULAR. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por WILSON RODRIGUES DE SOUZA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, cuja ementa está assim redigida:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO. ART. 557, § 1º-A, DO CPC DE 1973. SENTENÇA EM CONFRONTO COM SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE FATO NOVO OU FUNDAMENTO JURÍDICO QUE MODIFIQUE POSICIONAMENTO JURISDICIONAL ANTERIOR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO AGRAVO*

**REGIMENTAL.**

1. *Inexistentes razões de fato e de direito bastantes a que seja modificada a decisão agravada, deve, nessa oportunidade, ser ratificado o pronunciamento jurisdicional monocrático, por todos os seus fundamentos.*

2. *Precedentes do STJ (REsp 973.827/RS, Rel.Ministro LUÍS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012) e desta Corte (Apelação Cível nº 2013.010556-8, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 10/9/2013; Apelação Cível nº 2013.008002-2, Relatora Desembargadora Judite Nunes, 2ª Câmara Cível, j. 10/09/2013; Apelação Cível n.º 2013.010441-8, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 22/8/2013; Apelação Cível nº 2013.001478-6, Juiz Convocado Guilherme Melo Cortez, 2ª Câmara Cível, j. 06/08/2013; Apelação Cível nº 2010.007379-8, Rel. Desembargador Cláudio Santos, 3ª Câmara Cível, j. 05/07/2013; Agravo Regimental em Apelação Cível nº 2013.016897-9/0002.00, Desembargador Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 03/12/2013; Agravo Interno em Apelação Cível nº 2013.013636-7/0001.00, Rel. Desembargador Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 03/12/2013; Agravo Regimental em Apelação Cível nº 2013.015243-3/0001.00, Relª. Desembargadora Judite Nunes, 2ª Câmara Cível, j. 26/11/2013; AC nº 2013.003145-2, Rel. Desembargador Amílcar Maia, DJe 22/08/2013; AC nº 2013.007940-7, Rel. Desembargador Ibanez Monteiro, DJe 27/08/2013).*

3. *Agravo regimental conhecido e desprovido.*

Nas suas razões recursais, o recorrente alegou a violação ao artigo 3º, *caput* e inciso II, da Lei n. 6.194/74. Defendeu que a pretensão de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos contados a partir da comprovação da invalidez permanente por meio do laudo pericial médico. Aduziu a violação ao enunciado 278/STJ.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a

vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade é realizado na forma deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A irresignação recursal não merece prosperar.

Quanto à alegada violação ao artigo 3º, *caput* e inciso II, da Lei n. 6.194/74, constata-se que o recurso especial possui óbice intransponível ao seu conhecimento, consubstanciando no enunciado 284/STF. Os dispositivos articulados pelo recorrente não trata da prescrição da pretensão não podendo, assim, ser parâmetro para a reforma do acórdão recorrido.

O acórdão recorrido, por outro lado, reconheceu ter o acidente automotivo ocorrido em 28/11/2006, tendo a ação sido ajuizada em 2012. Referiu que, apesar de a elaboração do laudo apresentado ter ocorrido em 14/07/2011, não houve demonstração plausível de que o demandante estava submetido a algum tratamento a atenuar as lesões ou de que as referidas lesões demoraram para se consolidar.

Em contrariedade, o recorrente sustentou que as lesões teriam levado algum tempo para se consolidar, matéria que, afeta à seara probatória, não pode ser sindicada por esta Corte Superior.

Resumindo-se, pois, a controvérsia à matéria probatória, não se tem por ultrapassado o óbice predisposto no enunciado 7/STJ.

Além disso, o dissenso jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 1.029 do CPC, e 255 do RISTJ, pois faltou a apresentação do cotejo analítico e da similitude fática. É necessário demonstrar, de forma analítica, que os acórdãos divergiram na aplicação da lei a casos idênticos, diante de circunstâncias e fatos jurídicos análogos.

Em relação à suposta ofensa à Súmula 278/STJ, é incabível a interposição de apelo especial com fundamento em violação de súmula, por não se enquadrar no conceito de lei federal, a teor do que dispõe o art. 105, III, da CF/88, na forma do enunciado 518/STJ.

**Ante o exposto, não conheço do recurso especial.**

Em face do que prescrito no art. 85, §11, do CPC, majoro os honorários de advogado a que condenado o recorrente em 1% sobre o valor atualizado da causa, suspendendo a sua exigibilidade em face da gratuidade judiciária concedida.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

